

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA PLENA

LEYDIANE DA SILVA

A PRÁTICA E O BRINQUEDO
O COTIDIANO LÚDICO NA SALA DE AULA DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR ANTONIO THEODORICO

GUAMARÉ – RN
2009

LEYDIANE DA SILVA

A PRÁTICA E O BRINQUEDO
O COTIDIANO LÚDICO NA SALA DE AULA DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR ANTONIO THEODORICO

Trabalho de Intervenção Sócio-escolar apresentado à Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciadoa em pedagogia.

Orientadora Prof^ª. Ms. Ana Maria de Azevedo Souza

GUAMARÉ – RN
2009

Ficha Catalográfica

S658p Silva, Leydiane da
 A prática e o brinquedo o cotidiano lúdico na sala de
aula da escola municipal professor Antonio Theodorico. / Leydiane da
Silva. – Guamaré, 2009.
 37f.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Ana Maria de Azevêdo Souza.

Trabalho de Intervenção Socioescolar apresentado à
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, como requisito parcial
para obtenção do título de Graduada em Pedagogia. Guamaré, 2009.

1.Prática Educativa. 2. Brinquedo. 3. Pesquisa. I. Título.

IBRAPES/UVA

CDU 37.013

LEYDIANE DA SILVA

A PRÁTICA E O BRINQUEDO
O COTIDIANO LÚDICO NA SALA DE AULA DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR ANTONIO THEODORICO

Trabalho de Intervenção Sócio-escolar
apresentado à Universidade Estadual Vale do
Acará – UVA, como requisito parcial para a
obtenção do título de licenciada em pedagogia.

Aprovado em 20 de Dezembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ms. Ana Maria de Azevedo Souza – Orientadora
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA – Natal / RN

Prof^ª. Esp. Josenilson Carvalho de Oliveira – Convidado
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA – Natal / RN

Prof^ª. Esp. Luiz Cláudio Costa da Silva – Convidado
Instituto Federal de Educação do RN – Natal / RN

GUAMARÉ – RN
2009

Dedico este trabalho com imensa gratidão a Deus, pelo amor que sempre teve para comigo.

A meu querido esposo, Raimundo Nonato da Silva. Aos meus pais, Severino Manuel da Silva e Maria Vilanir da Silva e aos meus irmãos Marcos Iris da Silva, Kellyane da Silva e Gesiane Kelly da Silva.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, pela imensa gratidão do seu amor tão grande para comigo, Obrigado.

Ao meu querido esposo, pelo carinho e grande incentivo, sendo meu condutor nesta jornada difícil e brilhante ao mesmo tempo.

Aos meus pais Severino Manuel da Silva e Maria Vilanir da Silva.

Aos verdadeiros mestres que com grande dedicação, amizade, compreensão e esforço nos transmitiram seus conhecimentos e experiências de vida. Agradeço com profundo sentimento de gratidão.

A professora orientadora, Ana Maria. Eterna gratidão.

Aos colegas de turma por compartilharmos juntos as alegrias e as tristezas.

O Direito de Brincar

Brincar é trabalho de criança...
É uma forma de expressão de criação...
Se pega papel, retalho ou jornal:
Recorta, cola, enrola, monta bonecas e
Contando suas estórias, brinca sério e faz teatro.
E com música e poema através de fantasia,
Vai mostrando seu aprendizado
Para um mundo tão conturbado.

Norma Fernandes

RESUMO

O trabalho elaborado, através da intersecção sócio-escolar, objetiva mostrar a prática educativa com a utilização do brinquedo na Escola Municipal Professor Antonio Theodorico, porque, através do lúdico, a criança compreende a linguagem e o pensamento do outro. Vários caminhos teóricos e metodológicos foram percorridos, buscando estudiosos como Vygotsky, Murcia, Kishimoto, entre outros. A pesquisa ocorreu através de observações, seminários, teatros e questionários no período de julho a dezembro de 2009.

Palavras-chaves: prática educativa – brinquedo – pesquisa.

ABSTRACT

The work accomplished by the intersection of socio-school aims to show the educational practice using the toy at the Municipal School Professor Antonio Theodoric, because, through the play, the child understands the language and the thought of another. Several theoretical and methodological paths have crossed, seeking scholars as Vygotsky, Murcia, Kishimoto, among others. The research took place through observations, workshops, theaters and questionnaires from July to December 2009.

Key Words: educational-practice – toy -search

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 HISTÓRIA DA BRINCADEIRA VINCULADA À EDUCAÇÃO	12
2.1 - BRINCADEIRA NA PERSPECTIVA SÓCIO-CULTURAL.....	13
2.2 - A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	14
2.3 - A INFÂNCIA NO BRASIL: TRAJETÓRIA LEGAL.....	16
3 O LÚDICO NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ANTONIO THEODORICO	24
3.1 PROPOSTAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES NO ENSINO-APRENDIZAGEM, UTILIZANDO O LÚDICO COMO SOLUÇÃO:.....	26
3.2 - O PAPEL DO EDUCADOR EM RELAÇÃO AO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	27
3.3 - BRINQUEDOTECA: QUE ESPAÇO É ESSE?.....	29
3.3.1 - Discutindo A Importância Dos Jogos E Atividades Em Sala De Aula.....	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho centrou-se na relação da ludicidade na prática pedagógica como facilitador do ensino-aprendizagem dos alunos da pré-escola infantil da Escola Municipal Professor Antonio Theodorico, localizada na cidade de Guamaré / RN, buscando conscientizar os educadores de que os problemas referentes à educação infantil estão relacionados às práticas educativas.

Percebe-se que os professores precisam utilizar-se do lúdico na educação infantil, pois essa ação é considerada como metacomunicação, ou seja, a possibilidade da criança compreender o pensamento e a linguagem do outro. O brincar permite aprender a lidar com as emoções; pelo brincar a criança equilibra as tensões provenientes de seu mundo cultural, construindo sua individualidade, sua marca pessoal e sua personalidade.

Para Vigotsky (1989), um dos principais representantes dessa visão:

O brincar é uma atividade humana criadora, na qual a imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades e interpretação de expressões e de ação pelas crianças, assim como novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos.

As atividades lúdicas têm o poder sobre a criança de facilitar tanto o progresso de sua personalidade integral, como o processo de cada uma de suas funções psicológicas, intelectuais e morais. Ao ingressar na escola a criança sofre um considerável impacto físico-mental, pois até então, sua vida era exclusivamente dedicada aos brinquedos e ao ambiente familiar.

Desta forma a escola deve facilitar a aprendizagem utilizando-se de atividades lúdicas que criem um ambiente alfabetizador para favorecer o processo de aquisição de autonomia de aprendizagem. Para tanto, o saber escolar deve ser valorizado socialmente e a alfabetização deve ser um processo dinâmico e criativo através de jogos, brinquedos, brincadeiras e musicalidade.

Com a utilização desses recursos pedagógicos, o professor poderá utilizar-se, por exemplo, de jogos e brincadeiras em atividade de leitura ou escrita, em matemática e outros conteúdos, devendo, no entanto, saber usar os recursos no momento oportuno, uma vez que as crianças desenvolvam o seu raciocínio e construam o seu conhecimento de forma descontraída.

Na escola, a criança permanece durante muitas horas em carteiras escolares nada adequadas, e salas pouco confortáveis, observando e a impossibilidade de mover-se livremente. Pela necessidade de submeterem-se à disciplina escolar, muitas vezes as crianças apresentam certa resistência em ir à escola. O fato não está apenas no total desagrado pelo ambiente ou pela nova forma de vida e, sim, por não encontrar canalização para as suas atividades preferidas.

A escola deve partir de exercícios e brincadeiras simples para incentivar a motricidade e as habilidades normais da criança em um período da adaptação para, depois, gradativamente complicá-los um pouco possibilitando um melhor aproveitamento geral.

Com as atividades lúdicas, espera-se que a criança desenvolva a coordenação motora, a atenção, o movimento ritmado, conhecimento quanto a posição do corpo, direção a seguir e outros; participando do desenvolvimento em seus aspectos biopsicológicos e sociais; desenvolva livremente a expressão corporal que favorece a criatividade, adquira hábitos de práticas recreativas para serem empregados adequadamente nas horas de lazer, adquira hábitos de boa atividade corporal, seja estimulada em suas funções orgânicas, visando ao equilíbrio da saúde dinâmica e desenvolva o espírito de iniciativa, tornando-se capaz de resolver eficazmente situações imprevistas.

Assim, para a construção deste teórico-metodológico do trabalho se faz necessário organizá-lo em dois capítulos.

No primeiro capítulo, trataremos da educação infantil e sua trajetória legal. Faremos um breve registro histórico sobre o brincar e o ingresso no tempo histórico e cultural. Ressaltaremos a importância do lúdico no processo de aprendizagem, e ainda enfocarmos a relação entre a criança e o brinquedo.

Investigaremos no segundo capítulo o lúdico na formação do educador, como também o papel do educador com relação ao brincar na educação infantil.

Por fim, nas considerações finais, apresentaremos as principais conclusões a respeito do tema em estudo, criticando, sugerindo e falando da importância deste estudo, objeto dessa produção monográfica.

Apresentaremos também as referências que serviram de base teórica na construção dos conhecimentos desta pesquisa monográfica.

2 HISTÓRIA DA BRINCADEIRA VINCULADA À EDUCAÇÃO

A criança como todo ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em sociedade e uma determinada cultura, um determinado momento histórico. RCNEI (1998)

As atividades lúdicas são essenciais na infância. Ao analisarmos a história e a evolução do homem na sociedade, podemos perceber que nem sempre a criança foi considerada como é hoje. Antes ela nem sempre tinha existência social, era considerada miniatura de adultos, ou quase adulto, o mesmo adulto em miniatura.

Durante muito tempo, o brincar foi visto apenas como uma recreação ou um momento em que se livrava a criança das preocupações do mundo adulto. É com esse pensamento que o Romantismo considera que a criança é um ser frágil e rico em pureza, e, dessa forma, a natureza desse pequeno ser não era prioritária, e a sua espontaneidade era ignorada, pois não lhe era atribuída uma singularidade, ou seja, não se respeitavam os aspectos particulares dessa fase em que fundamenta a base da educação humana.

Somente com o rompimento do pensamento romântico é que é atribuído um valor social à brincadeira infantil. Portanto, essa passa a ser vista não somente como uma proteção para a criança, mas também como uma forma de ser reconhecido um espaço social.

Segundo Wajskop (1999, p. 19) “é apenas com a ruptura do pensamento romântico que a valorização da brincadeira ganha espaço na educação das crianças pequenas”.

Esse foi o primeiro passo para que a educação das crianças fosse vista de forma diferenciada, já que se unia de certa forma, a brincadeira, a educação, ou seja, a necessidade que a criança tem de brincar passava a ser respeitada pela sociedade e vista como uma possibilidade de educá-la. No entanto, a sociedade determinava o que as crianças se tornariam a partir da educação e isso nos leva a perceber que a educação não as deixava livres para escolhas. Nesse sentido, Wajskop (idem 21) afirma “A criança como todo ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em sociedade e uma determinada cultura, um determinado momento histórico”. RCNEI (1998)

Porém, foi preciso uma profunda mudança com relação à imagem da criança na sociedade, para que um novo olhar pudesse associar uma visão positiva às suas atividades espontâneas, surgindo assim em decorrência a valorização do brincar.

Assim, sob a influência do pensamento e da filosofia de sua época cada um à sua maneira, os pedagogos Froebel, Montessori e Decroly elaboraram pesquisas a respeito das crianças pequenas, contribuindo para a superação de uma concepção tradicionalista e compreendida como seres ativos. A esse respeito Wajskop “A criança como todo ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em sociedade e uma determinada cultura, um determinado momento histórico”. (2007, p. 21-22).

Nos anos 1970 os pensamentos desses autores, através do movimento da Escola Nova, influenciaram a educação brasileira. Os materiais didáticos, porém passaram a ser utilizados aleatoriamente, pois não eram vinculados aos processos cognitivos.

Atualmente, devemos compreender que as idéias desses pedagogos sobre a utilização de jogos e materiais didáticos devem ser postas em prática dentro de um contexto, para que as crianças possam atribuir um significado ao que lhes está sendo ensinado.

2.1 BRINCADEIRA NA PERSPECTIVA SÓCIO-CULTURAL

Nas últimas décadas, a brincadeira vem sendo discutida e referendada pela perspectiva sociocultural, a qual estabelece que a brincadeira seja uma forma de a criança conhecer a realidade interagindo com o meio em que vive e que, a partir daí, pode-se concretizar um vínculo com a educação.

Compreendida dessa forma, a brincadeira infantil passa a ter uma importância fundamental na perspectiva do trabalho pré-escolar, tendo em vista a criança como sujeito histórico e social. Se a brincadeira é, efetivamente, uma necessidade de organização infantil ao mesmo tempo em que é o espaço de interação das crianças, quando estas podem estar pensando / imaginando / vivendo suas relações familiares, as relações de trabalho, a língua, a fala, o corpo, a escrita, para citar alguns dos temas mais importantes, então esta brincadeira se transforma em fator educativo se, no processo pedagógico, for utilizada pela criança para sua organização e seu trabalho (WAJSKOP, 1999, p. 36)

A perspectiva sociocultural aborda a brincadeira como sendo uma atividade que auxilia a criança a entender as experiências que os adultos vivenciam. Partindo dela, podemos estabelecer um importante papel do brincar para a educação, pois elas dependem, em grande parte, das relações sociais estabelecidas pelos adultos da instituição escolar em que estão inseridas. A brincadeira favorece a interação sociocultural das crianças dentro e fora da

escola, mas aqui nos terrenos, no âmbito escolar, entendendo-a como facilitadora para o ensino-aprendizagem.

Como afirma Murcia (2005, p. 47):

Jogar ou brincar resulta no útil crescimento da personalidade infantil, porque, em seu contexto, tomam-se decisões, abordam-se situações problemáticas e se elaboram estratégias de ações frente a elas. A brincadeira é representada – reconstrução dos de dentro e dos de fora do grupo e obriga os participantes a procurarem soluções em função dos interesses do grupo. Todos têm de entrar em acordo com outras pessoas que experimentam e refletem diversas formas de relação emotiva, percepção e valorização das situações.

Partindo do pensamento acima citado, podemos perceber que a perspectiva sociocultural acredita que é por meio da brincadeira e à medida que crescem que as crianças estabelecem uma comunicação e uma socialização com as demais. E através de atividades livres e dinâmicas, envoltas pela ludicidade, que se pode desenvolver na criança a capacidade de cooperação.

Wajskop (1999) considera que a cultura infantil se baseia na cultura adulta, transformada no brincar, para uma melhor compreensão por parte das crianças.

Essa perspectiva aborda a importância do adulto – seja na família, seja na instituição escolar – como um forte elo entre as crianças e os objetos, para que elas possam experimentar novas vivências. Ele é, então, um mediador do conhecimento infantil, atento às questões das crianças, para ajudá-las a compreender o mundo em que vivem. Assim, professores e pais devem ficar atentos para que a rotina das crianças, principalmente em sala de aula, esteja associada ao lúdico e para que elas sintam-se à vontade para brincar de forma livre e espontânea. Também devem observar se a escola da criança disponibiliza um espaço rico em materiais variados, os quais muitas vezes, podem ser confeccionados e organizados em conjunto, para que ela possa brincar como achar melhor. O momento da conversa também é de fundamental importância, portanto o adulto deve manter um diálogo rico em questionamento a respeito das brincadeiras realizadas no ambiente escolar.

A brincadeira, de forma geral, deve ser incluída em todos os currículos das instituições que lidam com a educação infantil, pois, sob a luz da perspectiva sociocultural, essa é uma maneira de se fazer valer todo o potencial que o lúdico proporciona do desenvolvimento infantil. O professor também deve ser bem preparado em sua formação para utilizar o lúdico diariamente com as crianças, mantendo um vínculo entre o aprendizado e a diversão.

2.2 A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O aprendizado da brincadeira, pela criança, propicia a liberação de energias, a expansão da criatividade, fortalece a sociabilidade e estimula a liberdade de desempenho.

Garcia e Marques

As brincadeiras são universais, estão na história da humanidade ao longo dos tempos, fazem parte da cultura de um país, de um povo.

Além de ser um direito regulamentado por lei, o brincar é, para a criança de qualquer parte do mundo, muito importante. A Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), no artigo 7º, ao lado do direito a educação, enfatiza o direito ao brincar. “Toda criança terá direito de brincar e a divertir-se, cabendo a sociedade e as autoridades públicas garantirem o exercício pleno desse direito”.

O brinquedo é oportunidade de desenvolvimento. Brincando, a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e confere habilidades. Além de estimular a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e atenção.

Brincar é indispensável à saúde física, emocional e intelectual da criança. Irá contribuir, no futuro para a eficiência e o equilíbrio do adulto. Segundo Oliveira (2002, p. 160) “Ao brincar, afeto, motricidade, linguagem, percepção, representação, memória e outras funções cognitivas estão profundamente interligadas.

As situações problemas contidas na manipulação dos jogos e brincadeiras fazem a criança crescer através da procura de soluções de alternativas. O desempenho psicomotor da criança enquanto brinca, alcança níveis que só o mesmo a motivação intrínseca consegue. Ao mesmo tempo favorece a concentração, a atenção, o engajamento e a imaginação. Como consequência a criança fica mais calma, relaxada e aprende a pensar, estimulando sua inteligência.

Grandes teóricos como Rousseau, Dewey e Piaget confirmam a importância do lúdico para a educação infantil.

Segundo Rousseau (1968), as crianças têm maneira de ver, sentir e pensar que lhe são próprias e só aprende, através da conquista ativa, ou seja, quando elas participam de um processo que corresponde à sua alegria natural.

Já Dewey (1952), afirma que o jogo faz o ambiente natural da criança, o passo que as referências abstratas e remotas não correspondem ao interesse delas. Para Piaget (1973) os

jogos e as atividades lúdicas tornam-se significativas à medida que a criança se desenvolve, com a livre manipulação de materiais variados.

Brincando, a criança desenvolve seu senso de companheirismo. Jogando com amigos, aprende a conviver, ganhando ou perdendo, procurando aprender regras e conseguir uma participação satisfatória. No jogo, ela aprende a aceitar regras, esperar sua vez, aceitar o resultado, lidar com frustrações e elevar o nível de motivação. Nas dramatizações, a criança vive personagens diferentes, ampliando sua compreensão sobre os diferentes papéis e relacionamentos humanos. As relações cognitivas e afetivas da interação lúdica propiciam amadurecimento emocional e vão pouco a pouco construindo a sociabilidade infantil.

O momento em que a criança está absorvida pelo brinquedo é um momento mágico e precioso, em que está sendo exercitada a capacidade de observar e manter a atenção concentrada e que irá inferir na sua eficiência e produtividade quando adulto.

As brincadeiras, para a criança, constituem atividades primárias que trazem grandes benefícios do ponto de vista físico, intelectual e social. Como BENEFÍCIO FÍSICO o lúdico satisfaz as necessidades de crescimento e de competitividade da criança. Como BENEFÍCIO INTELECTUAL, o brinquedo contribui para desinibição, produzindo uma excitação mental altamente fortificante.

Como BENEFÍCIO SOCIAL, a criança, através do lúdico representa situações que simbolizam uma realidade que ainda não pode alcançar; através dos jogos simbólicos se explica o real e o eu. Como BENEFÍCIO DIDÁTICO, as brincadeiras transformam conteúdos marcantes em atividades interessantes, revelando certas facilidades através da aplicação do lúdico.

A escola deve aproveitar todas as manifestações de alegria da criança e canalizá-la emocionalmente através de atividades lúdicas educativas. Essas atividades lúdicas, quando bem direcionadas, trazem grandes benefícios que proporcionam saúde física, mental, social e intelectual à criança, ao adolescente e até mesmo ao adulto.

2.3 A INFÂNCIA NO BRASIL: TRAJETÓRIA LEGAL

Discorrer sobre a infância no Brasil é falar de sujeição, castigo, violência, escravidão, abandono, fome e morte, visto que muitas crianças sofreram e ainda sofre tudo isso. Em virtude destes fatores, e também pelo o atraso na escolarização é que a trajetória da infância brasileira difere da dos países europeus. Comprovando isso, a infância só aparece como categoria no final do século XIX. Antes disso, porém, como era a vida das crianças no Brasil?

Quando começa a colonização através das escolas jesuítas que, além de serem poucas, eram, sobretudo, para poucos. Logo que chegaram, em 1549, os jesuítas se ocuparam principalmente com o ensino dos meninos indígenas, o qual consistia em ler, contar, orar e para os mais habilidosos, canto e música com objetivo de torná-los bons cristãos, visto que, a esses, eram considerados papel branco no qual escreviam a luta contra costumes indígenas, considerados bárbaros pelos padres.

A infância era o momento oportuno para fazer isso, por que era mais fácil as crianças renunciarem a certas práticas que ainda não estavam tão arraigadas. Essa educação implicava numa transformação radical na vida delas; por isso, muitas fugiam da escola. Quando isso acontecia eram castigadas. Segundo Priori (2002. P.63) “ o castigo físico era normal” e comum no cotidiano colonial, para o horror dos indígenas que não conheciam o ato de bater em crianças.

Outras crianças que também sofreram nas mãos de adultos foram as negras e mulatas. Se a criança no Brasil durante o século XVI a XIX era desvalorizada, muito mais era a escrava. Seu sofrimento podia começar ao nascer, se sua mãe fosse usada como ama-de-leite para alimentar o filho de seu senhor, neste caso, não havia necessidade de sua sobrevivência.

Por isso, as escravas nem sempre desejavam o nascimento de um filho no cativeiro. Sendo assim, usavam métodos para impedir a concepção ou recorriam ao aborto. Se a criança negra tivesse a sorte de sobreviver até os seis anos, ela partilhava dos mesmos espaços que as crianças brancas, onde divertiam os adultos. “A partir dos sete anos, porém, a branca ia estudar e a negra trabalhar. Quando chegava aos 12 anos, cada criança negra tinha sido formada em um ofício; podia servir no campo ou nos afazeres domésticos.

Aos 14 anos já fazia o mesmo trabalho que um adulto. A criança branca brasileira, também como todas as outras, sofreu um processo de adultização. Bem pequena, quando acompanhava seus pais domingos e dias de festas, costumavam vestir-se como pequenos adultos. Esses trajes domingueiros não se constituíam uma prática cotidiana, como pode ser observada até o século XX.

No final desse século, a infância é descoberta no Brasil, no sentido de que a criança passa a ter o espaço mais definido na sociedade. Tal acontecimento trouxe poucas modificações para as crianças pobres, visto que ainda não tinham direito à educação, mas podiam crescer e tornar-se cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto filhos de uma pequena elite eram ensinados por educadores “particulares”.

Mesmo no final do século XIX, o trabalho infantil ainda é a escola das classes subalternas, onde a criança tem a sua infância roubada. Já para a elite brasileira surgem as

primeiras escolas, no Rio de Janeiro e São Paulo, para atender às suas necessidades educacionais. Com isso, poderia ter acesso a bens culturais, como a literatura infantil, que surgem nessa época.

Apesar da severidade com que os pais tratavam os filhos, o amor, atenção e o carinho era uma constante na vida dos infantes. O relacionamento afetivo entre pais e filhos fora observado por viajantes e descritos por Priori (2002, p. 95):

O caminho dos pais pelos filhos, enquanto pequenos chega a não ter limites e principalmente o pai se ocupa com eles, quando tem am-os até a fraqueza, e até certa idade. Não há nada que mais o moleste do que ver alguém corrigir.

Os índios dedicavam carinho e atenção aos filhos e não concebiam os castigos físicos, que eram comuns na época, como uma prática para punir as atitudes e os erros das crianças. Altman (2002, p. 231) discorrendo sobre a atenção dada às índias parturientes afirma:

Cuidados especiais são dedicados à mulher indígena quando dá a luz cabendo, porém ao pai o costume de meter-se com a criança na rede cobrindo-se muito bem e dali saindo somente com a queda do cordão umbilical, considerando como questão de honra prestar os maiores cuidados à mãe para que a criança não sofra.

O cotidiano infantil das crianças indígenas era preenchido com brincadeiras que, na realidade, eram reprodução do universo adulto. Desde a mais tenra idade, as crianças aprendiam os ofícios que executariam posteriormente. O contato direto das crianças com o meio natural propiciou o desenvolvimento aguçado dos sentidos uma vez que era livre, e elas podiam acompanhar seus pais nos afazeres da mata, como também no lazer quando experimentavam a caça e a pesca.

Naquela época, os brinquedos eram muito simples e o ato de cantar e dançar eram atividades rotineiras na vida dos pequeninos, tanto entre os pobres como também entre os nobres. Áries (1985, p. 88) descreve que a partir do século 15 na Europa, as “brincadeiras começam a serem retratadas em telas, as quais aparecem crianças brincando com jogos de malha, cavalo de pau, cata-ventos entre outros”.

No Brasil, em virtude da miscigenação racial, há expressivo cabedal de brincadeiras. Entre as brincadeiras influenciadas pelos portugueses destacamos: as cantigas de roda, as parlendas, as adivinhas e as bolinhas de gude. Da tradição indígena, herdamos o gosto pelas brincadeiras em contato com a natureza, como os banhos de rio e a imitação de pássaros,

como também a construção de alguns brinquedos: o arco e flecha, a peteca, o bodoque e o chocalho.

No século passado, com o desenvolvimento da industrialização brasileira e a inserção feminina nesse campo de trabalho, as mulheres ausentam-se de seus lares e as crianças ganharam as ruas para brincar. Neste contexto, conforme Kishimoto (200, p. 83). “À rua era o palco da diversidade, ou seja, o espaço da integração entre os cidadãos”, onde aconteciam as manifestações anarquistas do operariado, a circulação dos vendedores ambulantes (padeiros, verdureiros, leiteiros, etc.) e das brincadeiras pueris. A rua era vista como “meio nocivo por excelência”.

Desde a colonização, a criança se fez presente em vários contextos, incorporando e pré-conduzindo os valores culturais vigentes. Um exemplo claro era a pressão contra os “ioiozinhos” de engenho por volta dos sete anos de idade, quando eram obrigados a adquirir uma nova postura, e transformarem-se em homens. Como afirma Kishimoto (2000):

A partir dos sete anos, predominava um regime educativo que eliminava a infância das famílias patriarcais, vestidas como adultos eram obrigadas a se comportarem como tais; as crianças que atingiam a segunda infância deixavam de sê-las. Era este aspecto triste e sóbrio que apresentavam meninos e meninas, todos com ares de adultos, essa precoce maturidade exterior nos trajes e nas maneiras, que levavam um viajante estrangeiro a chamar o Brasil desse tempo de país de criança.

Tal postura era comum na Idade Média, quando o sentimento de infância ainda não se fazia presente. Partindo dessa premissa, percebe-se o quanto nossos pais demoraram a incorporar as inovações que acontecia em toda a Europa. A elite brasileira sempre buscou reproduzir os costumes europeus, mesmo que tardiamente.

Com relação ao surgimento da pré-escola no Brasil, é possível fazer analogia com o aparecimento da instituição pré-escolar em outros países. Essa articulação é explicitada pela importação cultural, que caracteriza o modelo econômico dependente em vigor no país.

Segundo KRAMER (1995, p. 49), no que se refere ao atendimento da infância brasileira, até 1947 existia institucionalmente a “Casa dos Expostos” ou “Roda” para os abandonados das primeiras idades e a “Escola de Aprendizes de Marinheiros” (Fundada pelo Estado em 1873) para os abandonados maiores de doze anos.

Somente no final do século 19, que médicos e higienistas, preocupados com o alto índice de mortalidade infantil, despertaram para a necessidade de proteger a infância, com a assistência de higiene, médica hospitalar.

Como fato significativo, assinala KRAMER (1984, p. 54) que no ano de 1899 surge o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Brasil, com os objetivos de:

Atender os menores de oito anos; elabora leis que regulassem a vida e a saúde dos recém nascidos; regulamentar o serviço de ama de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos, atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância.

A fundação desse instituto marca assim, o início da atuação do Estado em relação à assistência infantil. No começo do século XX (1922), foi organizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que tinha como objetivo tratar de todos os assuntos, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, como em suas relações com a família, a sociedade e o Estado.

Em 1930, inicia-se o processo de industrialização e verifica-se o aumento da população das cidades, o crescimento da classe média e o surgimento do proletariado e industrial politicamente o Estado assumiu uma posição centralizadora, o governo Getúlio Vargas (1930 – 1945) caracterizou pela intervenção do Estado na economia, na organização política sindical e todos os setores fundamentais à nova etapa de desenvolvimento (Estado Novo). Como assinala KRAMER (AP. cit. P. 57), “a partir daí fica oficialmente estabelecido o elo entre a assistência médica-pedagógica à criança e o desenvolvimento da nação.

Nessa perspectiva, O Referencial Curricular para a Educação Infantil (1948, p. 17), ao analisar este período relata, que a criança “era entedido como um favor oferecido para poucos, selecionados por critérios excludentes. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade.

Para o Estado tutelar, a educação significa antes de promover qualquer utilidade social, pode ter controle sobre o processo de socialização entre os indivíduos. Nesse sentido relata PINHEIRO (1998, p. 48), “ a educação passa a ser encarada como um instrumento que poderia garantir, às novas gerações, uma formação de acordo com os valores e normas preconizadas pelo ideário que então se impunha”.

Na década de 60, a pré-escola começa a ser configurada com a finalidade de minimizar os altos índices de repetência, tornando-se então um mecanismo preparatório que poderia garantir sucesso escolar futuro.

As críticas, porém, colocam que o trabalho da educação infantil pode favorecer o desempenho escola posterior, mas essa não deve ser a única finalidade da educação da criança neste estágio. Esta preparação para o futuro não deve antepor aos objetivos específicos da pré-escola, as quais se referem às estruturas de pensamento e ação que se quer que a criança construa. Como assinala Souza (1996, p. 46), “à medida que a criança amplia e adquire novos conhecimentos referentes ao mundo físico e social, estes, indiscutivelmente contribuem para a melhora de seu desempenho nas primeiras séries da escola formal”.

Dessa forma, reconhecer o papel social da pré-escola significa compreender que ela tem a função de contribuir com a escola, valorizando os conhecimentos que as crianças possuem e garantindo a aquisição de novos conhecimentos, exercendo sua função pedagógica, considerando a criança enquanto ser social, segundo KRAMER (1989, p. 23):

Significa considerar que ela tem uma história, que vive uma geografia, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é geométrico, mas também de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões do seu contexto familiar e de acordo também com a sua própria inserção nesse contexto. Essa compreensão é condição necessária para que atuemos com ela na pré-escola no sentido de favorecer o seu desenvolvimento pleno e o seu conhecimento amplo sobre a realidade física e social.

No contexto brasileiro, só a partir da década de setenta é que a educação da criança pequena é reconhecida. A mobilização de organização da sociedade civil, decisões políticas e programas governamentais têm sido meios eficazes de expansão das matrículas e de aumento da consciência social sobre o direito, a importância e a necessidade da educação infantil.

No entanto, é preciso analisar as políticas dirigidas à educação das crianças nas faixas etárias de 0 a 3 e 4 a 6 anos, pois tratados diferentemente, quer nos objetivos, quer por instituições que atuam nesse campo, sejam públicas ou privadas. Por muito tempo a primeira faixa esteve sob égide do assistencialismo com ações voltadas mais aos cuidados físicos, saúde e alimentação.

Nesse contexto, esse entendimento era dado principalmente às crianças cujas mães trabalhavam fora de casa. Grande parte era atendida por instituições filantrópicas, associações

comunitárias, que recebiam apoio financeiro e, em alguns casos, orientações pedagógicas de algum público, como a antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Por determinação da LBA, as creches atendiam crianças de zero a três anos; e as pré-escolas, crianças de 4 a 6 anos, devido este últimos adotarem objetivos educacionais, transformando-se em instituições de educação, segundo as diretrizes curriculares nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Do ponto de vista legal, e a Lei 5.692/71, o primeiro documento que normaliza a ação do poder público em relação à educação infantil. No seu artigo 19, recomenda, aos sistemas de ensino, velar para que as crianças menores de 7 anos, recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância ou em instituições equivalentes.

Surge então, a “concepção compensatória”, que relaciona investimentos na infância e progresso social. Nessa visão, a pré-escola teria função de colocar as crianças pobres no mesmo nível de crianças de classes abastadas, ocorrendo a compensação de carências culturais e garantindo o acesso de todos à escola.

A Constituição Federal de 1988 relata que a educação infantil em creches e pré-escola, passa a ser ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado. Define também como direito da criança e uma ação da família. Isso provocou um considerável desenvolvimento de políticas públicas para essa faixa etária, como: o considerável aumento do número de instituições objetivando o atendimento da demanda; e a criação de novos programas e ações desenvolvidas em prol da criança e da família.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – Lei Nº. 9394/96 é que a educação infantil passa a ser concebida como primeira etapa da educação básica. Esse documento define, entre outras coisas, que a educação infantil “tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até 6 anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico e social, complementando a ação da família e comunidade” Art. 29).

Para atender as exigências estabelecidas pela referida lei, o Ministério da Educação e do Desporto propõe um documento chamado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o qual se apresenta enquanto uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá subsidiar os sistemas educacionais, que assim o desejarem, na elaboração ou implementação de programas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades.

No atual momento histórico é, portanto, fundamental que se amplie a oferta de educação para crianças de 0 a 6 anos, de modo a garantir, a todas, o direito de acesso e permanência. Evidentemente, o trabalho realizado no interior dessa escola deve ter a qualidade necessária

para que possa, com efetividade, beneficiar as crianças em seu desenvolvimento integral para o exercício da cidadania.

3 O LÚDICO NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ANTONIO THEODORICO

“Tudo, em suma, é questão de educação”
Cecília Meireles

A Escola Municipal Professor Antonio Theodorico, situada na Avenida Primavera S/Nº, no distrito de Salina da Cruz, na cidade de Guamaré – RN foi fundada em 1970 e a autorização de funcionamento foi em 1971. Atualmente tem como gestora Patrícia Maria de Moraes Miranda. A escola é de porte pequeno, com a capacidade máxima para 275 alunos. Suas categorias são: o infantil II, ensino fundamental com as séries do 1º ao 5º ano, e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os turnos de funcionamento são: manhã, tarde e noite; ao todo o número de salas de aulas são quatro. Pelo turno matutino funcionam (04) quatro salas, no turno vespertino (03) três salas, e (02) duas no turno da noite. As dependências administrativas de apoio pedagógico são compostas pela sala da diretoria, secretaria, sala de leitura, cozinha, refeitório e área de recreação.

Os recursos humanos que vêm acompanhados pelo quadro administrativo são incompletos, a escola tem um responsável pela escola, dois assistentes administrativos, três merendeiras, duas auxiliares de merenda, três auxiliares de serviços gerais, dois vigias e dois porteiros. O quadro de professores é formado por onze profissionais ao todo, dois estão terminando licenciatura em pedagogia e nove já são graduados em pedagogia. O quadro técnico não tem um psicólogo; por ser de porte pequeno, sendo assim, os problemas são reduzidos também e o quadro administrativo é incompleto.

Os recursos materiais, como o número de carteiras são suficientes, e estão em bom estado de uso, as mobílias das dependências administrativas estão em bom estado de conservação. Os equipamentos disponíveis são um computador, uma impressora, um mimeografo quebrado, um aparelho de vídeo cassete, um aparelho de DVD. O acervo bibliográfico é insuficiente e bem utilizado. A merenda escolar é suficiente e de boa qualidade, sendo acompanhada por um nutricionista que elabora o cardápio da escola. A escola dispõe de recursos como o “caixa escolar”, a mesma não dispõe do projeto político pedagógico. O planejamento da escola se dá bimestralmente no Centro administrativo Darcy Ribeiro, onde se reúnem todos os professores da zona rural. Os professores são estimulados a fazer um bom trabalho.

A escola trabalha com o projeto “Escola Ativa”, onde o professor trabalha interdisciplinaridade, e tudo é feito de forma dinâmica, coletiva e onde os resultados obtidos são ótimos. Os professores têm participado de estudos, palestras e congressos, para o aperfeiçoamento profissional. A metodologia tem alcançado os alunos, pela forma criativa e o interesse de cada professor em alcançar o objetivo esperado.

Sabemos que muitos são os desafios a serem enfrentados, ao nos referirmos à educação, para que essa área possa ser considerada como geradora dos avanços científicos. Dessa maneira, se fizermos uma comparação entre os setores (da Medicina, a Engenharia, Informática...), onde as inovações aparecem com frequência, podemos perceber que nos últimos cinquenta anos pouco aconteceu, pois os avanços ocorridos não chegaram a reverter o processo como um todo.

Dessa forma, percebe-se que a maioria das instituições educacionais ainda é pautada em uma prática que considera a idéia do conhecimento-repetição, sob uma visão comportamentalista e não como um saber historicamente produzido, tendo em vista um conhecimento construído.

Pois educar não significa apenas repassar informações ou limitar-se apenas mostrar um só conhecimento, ou seja, aquele que o professor julga ser o mais correto, e sim conscientizar o indivíduo a ter consciência de si mesmo, do outro da sociedade, aceitando-se como pessoa, bem como aceitando o outro. E desse modo, a Escola Municipal Professor Antonio Theodorico, pode oferecer várias ferramentas para que a pessoa possa decidir entre vários caminhos, entre eles aqueles que melhor lhe convenha, com seus valores, sua visão de mundo como também circunstâncias adversas que cada um irá encontrar. Porque educar é preparar para a vida. Para Santos (2004, p. 12), “Nesta abordagem do processo educativo a afetividade ganha destaque, pois acreditamos que a intenção afetiva ajuda mais a compreender e modificar as pessoas do que um raciocínio brilhante, repassado mecanicamente.

Neste sentido, percebe-se que a ludicidade na escola campo de intervenção é uma necessidade em qualquer idade, não podendo ser vista apenas como diversão. Pois o desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora também para uma boa saúde mental, facilitando dessa maneira os processos de socialização, comunicação, expressão e a construção do conhecimento.

3.1 PROPOSTAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES NO ENSINO-APRENDIZAGEM, UTILIZANDO O LÚDICO COMO SOLUÇÃO:

- Proporcionar um espaço para brincadeiras, onde as crianças tenham liberdade para brincar;
- Favorecer o seu desenvolvimento psicomotor, sociocognitivo e ainda efetivo;
- Possibilitar o equilíbrio emocional;
- Contribuir com o processo de representação e conseqüentemente, as várias maneiras de comunicação;
- incentivar o relacionamento das crianças entre si, e com os adultos.

Esses aspectos nos remetem à problemática da formação do educador, o qual resulta que sempre em dificuldades no campo da prática pedagógica. Surge então sempre uma pergunta: afinal o que será necessário para formar o educador?

A formação do educador infantil ganha qualidade se, sem sua sustentação, estiverem presentes três pilares: formação teórica, que deve focalizar, fundamentalmente, as principais teorias que tratam do desenvolvimento e da aprendizagem; a formação pedagógica, que deve complementar a formação teórica, que se constrói pela vivência e não apenas pela consciência; e a formação lúdica que se assenta em pressupostos que valoriza a criatividade, o cultivo da sensibilidade, a busca de afetividade, que proporcionará aos futuros educadores vivências lúdicas, bem como experiências corporais, que utilizam a ação, do pensamento e da linguagem, tendo assim no jogo sua fonte dinamizadora. Confirma o autor Kishimoto (1999):

...a formação lúdica possibilita ao educador conhecer-se como pessoa, saber de suas possibilidades, desbloquearem resistência e ter uma visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, do jovem e do adulto.

Para isso, a decisão de se permitir envolver no mundo mágico infantil, deveria ser o primeiro passo dado pelo professor. Explorar o universo infantil exige do professor conhecimento teórico, prático, capacidade de observação, de amar e principalmente vontade de ser parceiro da criança. Assim sendo, através das experiências lúdicas infantis, o professor pode obter informações importantes tanto no brincar espontâneo, como no brincar orientado.

Estas descobertas podem definir critérios importantes: a duração do envolvimento de um determinado jogo, as competências dos jogadores envolvidos, o grau de iniciativa, criatividade, autonomia e criticidade que o jogo proporciona ao participante, a verbalização e

linguagem que acompanham o jogo, construção do conhecimento (raciocínio, argumentação, etc.).

Portanto, a formação lúdica deve possibilitar ao futuro educador conhecer-se como pessoa. Deve também saber de seus limites e possibilidades. É necessário desbloquear suas resistências e ter um novo olhar sobre a importância do lúdico para a vida de crianças. Pois como nos diz Maluf (2004, p.32-33):

Um professor que não gosta de brincar, nunca irá observar seus alunos vivenciando práticas lúdicas, e também não reconhecerá o valor das brincadeiras na vida da criança. É preciso que os professores se coloquem como participantes, acompanhando todo o processo de afetividade, mediando os conhecimentos através da brincadeira, do jogo e outras atividades.

3.2 O PAPEL DO EDUCADOR EM RELAÇÃO AO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A perspectiva teórica do sócio interacionismo destaca o papel do adulto frente ao desenvolvimento infantil, concebendo-lhe proporcionais experiências diversificadas e enriquecedoras, a fim de que as crianças possam fortalecer sua auto-estima e desenvolver suas capacidades.

Craidy e Kaercher

O educador tem como papel ser um facilitador das brincadeiras, mas para isso, faz-se necessário mesclar momentos em que dirija e oriente o processo, com outros momentos em que as crianças sejam responsáveis pelas suas próprias brincadeiras.

Cabe ao professor observar e coletar informações sobre as brincadeiras das crianças para poder enriquecê-las nas próximas oportunidades.

Deve participar das brincadeiras sempre que possível, aproveitando para fazer questionamentos às crianças. É muito importante que o professor organize e estruture o espaço de forma a estimular na criança a necessidade de brincar, visando também facilitar a escolha da brincadeira.

Quanto aos jogos, não é necessário que o professor estimule os valores competitivos, mas sim tente desenvolver cooperativas entre as crianças, pois o mais importante é a participação nos jogos e brincadeiras.

Através dos jogos cada criança terá oportunidades e preferências. O papel do professor será o de proporcionar-lhes novos meios, novos materiais que possam enriquecer seus jogos, os interesses e necessidades da criança e não forçá-la a realizar determinado jogo. Para Santos (2004, p. 82):

Acreditamos que o papel dos adultos, do professor na escola é observar, diferenciar comportamentos e intervir oportunamente. É ele que estrutura o campo das brincadeiras na vida das crianças, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos.

É importante também que em uma situação de jogo ou brincadeira, o educador explique de forma clara e objetiva as regras às crianças. Caso seja necessários mudá-las ou adaptá-las conforme a faixa etária.

Deve estimular a imaginação infantil, oferecendo material diversificado, do mais simples ao mais complexo, podendo estes brinquedos ou jogos serem estruturados ou serem confeccionais com material reciclado, pois todo material cria para a criança uma possibilidade de brincar e fantasiar.

É interessante que o professor providencie para que as crianças tenham espaço para brincar (área livre), e que possam assim mexer no mobiliário, montar casinhas, fazer cabanas, tendas de circo, etc.

O professor deve dar o tempo necessário às crianças para que as brincadeiras apareçam, se desenvolvam e se encerrem.

É necessário atuar em sintonia com a criança para que possa estabelecer uma relação mútua. Aliando assim teoria-prática e valorizar o conhecimento produzido a partir desta. Rizzo (1996, p. 29):

Deve ser líder democrático, que propicia, coordena e mantém um clima de liberdade para a ação do aluno, limitado apenas pelos direitos naturais dos outros. Deve jogar com as crianças e participar ativamente de suas brincadeiras, talvez seja o caminho mais seguro para obter informações e conhecimentos sobre o mundo infantil.

Porém, segundo o professor Almeida, a educação lúdica pode ter duas consequências, vai depender de como usá-la se para o bem ou para o mal.

A educação lúdica pode ser uma arma na mão do professor se ele estiver despreparado. Arma esta capaz de mutilar, não o verdadeiro sentido da proposta, mas servir de negação do próprio ato de educar.

No entanto, para o professor competente a educação lúdica pode ser um instrumento e unificação, de libertação, de transformação das reais condições em que se encontra o educando. Sendo assim uma prática desafiadora, inovadora e possível de ser aplicada.

3.3 BRINQUEDOTECA: QUE ESPAÇO É ESSE?

A criança na brinquedoteca interage com outras crianças e o ambiente. Na medida em que ela brinca, vai se desenvolvendo, passa a modificar sua relação com o mundo, o que faz com que sua identidade esteja em constante modificação.

Consta a história que a brinquedoteca surgiu por volta de 1934, na cidade de Los Angeles, pois havia muitos roubos em lojas de brinquedos. Especialmente ao analisarem esse fato, levantaram como causa não só o momento econômico complexo em que viviam, mas também a constatação de que as crianças não tinham com que brincar.

Por isso criou-se então um serviço que até hoje é chamado *Toy Loan*, em que o empréstimo de brinquedos, apresentava-se como mais um recurso oferecido à comunidade. Nascia assim a idéia de brinquedoteca.

Durante o seu percurso histórico, houve a expansão da brinquedoteca, surgindo diversas ramificações. Assim, em 1963, duas professoras que tinham filhos deficientes fundaram na Suíça a primeira *Lekotec* (Ludoteca em sueco), tendo a intenção de além de emprestar o brinquedo à comunidade, também de orientar as famílias de crianças portadoras de necessidades especiais sobre a maneira de como poderiam brincar com seus filhos para poder estimulá-los. Desse momento em diante definiu-se pelo mundo e se ampliou, incorporando também espaços para brincar em hospitais, centros comunitários, escolas, etc.

Anos depois, em 1967, surgem na Inglaterra, novas bibliotecas de brinquedos, tendo como nomenclatura *Toys Libraries*, onde qualquer criança podia escolher brinquedos para levar para casa, mas não podia brincar no local. Já na Itália, França e Bélgica surgiram com o nome de Ludotecas, funcionando com o mesmo esquema de empréstimo podendo ser utilizados no mesmo local.

Em 1976, foi realizado em Londres, o primeiro congresso internacional sobre esse assunto. Passando dessa forma a ser discutida essa questão por vários países e por vários grupos, adquirindo sempre características próprias, e nomenclaturas diferentes. Oliveira (2000, p. 165) afirma:

Podemos observar também que esses grupos têm em comum a defesa do direito da criança brincar e reconhecimento do valor das atividades lúdicas visando sempre o seu desenvolvimento, tendo ao mesmo tempo a preocupação de preservar a qualidade do brinquedo.

Porém no Brasil, a primeira brinquedoteca foi montada pela Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) em 1973, em São Paulo, voltada a crianças portadoras de deficiência mental. A partir desse momento, as brinquedotecas, espalharam-se pelo país.

Assim, o papel da brinquedoteca cresceu na educação, e hoje ela é um grande agente de mudança do ponto de vista educacional.

Dessa maneira, a brinquedoteca, é um espaço onde se permite que crianças possam se desenvolver através de situações de aprendizagem significativas, que ocorram efetivamente. É também um espaço preparado para estimular a criança a brincar dando possibilidades de acesso a uma variedade de brinquedo dentro de um ambiente lúdico. A esse respeito escreve Maluf (2004, p. 62):

Na verdade, seria um lugar preparado onde as crianças ficam o tempo que quiser, pois neste local, elas brincam, inventam, expressam suas fantasias, seus desejos, seus medos, seus sentimentos e conhecimentos construídos a partir das experiências que vivenciam.

A brinquedoteca deve ser um ambiente alegre, colorido e bastante agradável, onde as crianças possam dar asas a sua imaginação, mas para isso, é necessário que elas sejam estimuladas a brincar. Ela não é necessariamente um espaço onde há brinquedos, nem tampouco a utilização do jogo. Ela existe com o sem brinquedos, basta para isso que haja outros estímulos às atividades lúdicas. Maluf (2004, p. 67) declara: “é simplesmente, um lugar onde as crianças brincam enquanto desejarem”.

Nesse sentido, a brinquedoteca se apresenta como um espaço onde a criança, utilizando o lúdico, é capaz de construir sua própria aprendizagem, desenvolvendo-se em um ambiente acolhedor e natural. É um espaço para desenhar, experimentar, vivenciar, jogar, satisfazer as necessidades de seus usuários. Podendo ter várias funções: pedagógica, social e comunitária.

A função pedagógica é a de apresentar várias possibilidades de se trabalhar com brinquedos e, ao mesmo tempo brinquedo de boa qualidade.

A função social é a de proporcionar que as crianças pertencentes às famílias economicamente menos favorecidas possam utilizar os brinquedos.

E a função comunitária é a de contribuir para que as crianças que joguem em grupos aprendam a ter respeito, a ajudar e a receber ajuda, cooperando e ajudando os demais. A esse respeito Maluf (2004, p. 64) comenta:

Há diferentes tipos de brinquedotecas: aquelas que apresentam brinquedos, as que são criadas em hospitais, aquelas que funcionam em escolas e creches e outras que são criadas em centros de recreação ou espaço de lazer. Sua organização depende do que cada uma delas se propõe, sem que nunca deixem de enfatizar a importância das brincadeiras no processo de aprendizagem e de desenvolvimento da criança.

A idéia de brinquedoteca é proporcionar por meio de jogos, brinquedos e brincadeira, uma infância feliz, alegre e prazerosa. Nas palavras de Maluf (2004, p. 67):

A brinquedoteca resgata o brinquedo, sendo uma atividade de lazer que contribui para o desenvolvimento integral da criança em sua aprendizagem, criatividade, socialização e em todas as circunstâncias de sua vida, tanto na escola, quanto no lar e na comunidade.

No que se refere ao profissional que trabalha em uma brinquedoteca, faz-se necessário que antes de tudo seja um educador e que em sua formação tenha conhecimento de ordem psicológica, pedagógica, artística, sociológica, entre outras, que possibilitem ampliar sua visão de mundo, devendo ser um profissional determinado, que tenha iniciativa, seja alegre, goste de cantar e essencialmente, que saiba e goste muito de brincar.

Enfim, a brinquedoteca apresenta-se como um espaço em que, a partir do brincar e do brinquedo, os usuários tanto professor, alunos, quanto pais lidam com a possibilidade de se aprender, permitindo a aquisição e a ressignificação de conhecimento, que se movimentam em direção ao saber.

3.3.1 DISCUTINDO A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E ATIVIDADES EM SALA DE AULA

Brinquedos e brincadeiras aparecem com significações opostas e contraditórias: a brincadeira é vista ora como ação livre, ora como atividade supervisionada pelo adulto. O brinquedo expressa qualquer objeto que serve de suporte para brincadeira livre ou fica atrelado ao ensino de conteúdos escolares.

Vários autores têm caracterizado a brincadeira como atividade ou ação própria da criança, voluntária, espontânea, delimitada no tempo e no espaço, prazerosa, constituída por reforçadores positivos intrínsecos, com um fim em si mesmo e tendo uma relação íntima com a criança (Bomtempo, 1987; Bougére, 1997; De Rose e Gil, 1998; Kishimoto, 1997; Piaget, 1978; Santos, 1998; Wajskop, 1995).

Toda atividade com brinquedos pode trazer aprendizagem a criança, mesmo que ela seja realizada independente do acompanhamento de um adulto, sozinha a criança pode descobrir e inventar novas maneiras de brincar com determinado brinquedo, apesar de que desta maneira a criança poderá levar mais tempo para se relacionar nas brincadeiras de grupos, ou que ela seja realizada de forma direcionada, intencional pelo adulto que vai lhe conduzir para adquirir determinadas habilidades. Mas a melhor maneira de a criança aprender a brincar é respeitando seu próprio ritmo, ajudá-la e encorajá-la se necessário.

Os professores podem guiá-las proporcionando-lhes os materiais apropriados mais o essencial é que, para que uma criança entenda, deve construir ela mesma, deve reinventar. Cada vez que ensinamos algo a uma criança estamos impedindo que ela descubra por si mesma. Por outro lado, aquilo que permitimos que descubra por si mesma, permanecerá com ela.

Jean Piaget

O bom uso de jogos em aula requer que tenham uma noção clara do que queremos explorar e como fazê-lo. É importante direcionar para quem, onde e para qual realidade vamos aplicar os jogos.

A criança deve explorar livremente o brinquedo, mesmo que não seja da maneira que esperávamos. Não podemos interromper o pensamento da criança ou atrapalhar a simbolização que está realizando. Devemos nos limitar a sugerir, a estimular, a explicar, sem impor nossa forma de agir, para que a criança aprenda descobrindo e compreendendo, e não por simples imitação. A participação do adulto deve ser em ouvir, motivá-la a falar, pensar e inventar.

Quando a criança interage com os objetos e com outras pessoas, constrói relações e conhecimentos a respeito do mundo em que vive. Aos poucos, a escola, a família em conjunto, deve favorecer o ato de liberdade para a criança, uma sociabilização que se dará gradativamente, através das relações que ela irá estabelecer com seus colegas, professores e outras pessoas.

Mas para que isso aconteça, a criança não deve ser impedida, nem oprimida em seus sentimentos e desejos. Suas diferenças e experiências individuais devem, principalmente na escola, ter um espaço relevante sendo respeitados entre a criança, o adulto e outras crianças.

As atividades lúdicas possuem objetivos pedagógicos específicos, para o desenvolvimento do raciocínio e aprendizado do aluno, em qualquer fase. Mas na educação infantil elas são, necessárias para que a criança possa aprender brincando, desenvolvendo sua coordenação motora em todos os aspectos, tornando a aula mais prazerosa, já que o aluno precisa começar a ter noção de tempo, espaço, aprender a dividir, trabalhar em grupo e individualmente.

As atividades lúdicas possibilitam ao aluno ainda, vivenciar diferentes sentimentos como alegria, ciúme, inveja e experiências de trabalhar em equipe, possibilitam a interação, a competição e o estímulo à astúcia. Os jogos proporcionam também a interdisciplinidade, e o entrosamento não só entre os alunos, mas todo docente que de alguma forma se envolve para a realização dos eventos. (Martinez, 2005, 2006).

Algumas importâncias do lúdico no ensino-aprendizagem são: facilitar a aprendizagem ajuda no desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita o processo de socialização, comunicação, construção, conhecimento, propicia uma aprendizagem espontânea e natural, estimula a crítica e a criatividade.

Todos devem estar abertos a absorção do lúdico, para reconhecer a sua importância enquanto fator de desenvolvimento da criança. É aconselhável e importante que todas as salas de aula tivessem um cantinho com brinquedos e matérias para brincadeiras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo leva a crê que, numa época marcada pela presença da tecnologia, quando a criança tem a seu dispor os mais diversos brinquedos tecnológicos que se apresentam como eficientes à construção de conhecimento no contexto educacional, as atividades com brincadeiras são possíveis de acontecer.

A construção deste trabalho possibilitando a compreensão de que é possível utilizar-se das atividades lúdicas, denominadas de brincadeiras da infância, cujo processo didático-pedagógico favorecerá a ressignificação de algumas dessas brincadeiras, haja vista a sua importância para melhor entrosamento entre aluno, professor, conseqüentemente, uma melhor relação com os conteúdos de aprendizagem.

Neste contexto, observou-se que é possível desenvolver uma prática educativa de qualidade, utilizando a brincadeira de faz-de-conta e, à medida que a criança representa esses papéis, ela é capaz de aprender outros aprendizados, nesse caso, a lidar com sentimentos, emoções, amor ao próximo e respeito mútuo.

Além da interação que a brincadeira e o jogo proporcionam é de fundamental importância como mecanismos para estimular a memória, a linguagem, a atenção, a percepção, a criatividade e habilidade para melhor desenvolver a aprendizagem. Brincando e jogando a criança terá oportunidade de ampliar capacidades indispensáveis à sua futura atuação profissional, tais como atenção afetividade, o hábito de concentrar-se, dentre outras habilidades.

Vimos que a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade, mas principalmente na infância, na qual ela deve ser vivenciada, não apenas como diversão, mas com objetivo de desenvolver as potencialidades da criança, visto que o conhecimento é construído pelas relações inter-pessoais e trocas recíprocas que se estabelecem durante toda a formação do sujeito.

Quanto mais o professor trabalhar atividades lúdicas na educação infantil, com práticas inovadoras, maior será a chance desse profissional proporcionar a criança aulas mais prazerosas e interessantes. Dando ênfase, portanto, as brincadeiras e jogos, o educador desenvolve junto ao aluno um trabalho mais envolvente, contribuindo para tornar a criança mais segura, autoconfiante, consciente do seu potencial e também de suas limitações. As experiências lúdicas da infância serão lembradas por toda a vida pelo prazer e pela alegria que proporcionaram ao corpo e ao espírito.

Dessa forma, é necessário introduzir atividades desta natureza no seu cotidiano escolar, e criar condições favoráveis a criança para que ela amplie, construa e reconstrua seus conhecimentos no sentido de aprender de maneira lúdica e prazerosa.

REFERÊNCIAS

ACARAÚ, Universidade Estadual Vale do. **Manual de Elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso – TCC.** Trabalho de intervenção sócio-escolar. Natal/RN,2009.

ALTMAN, R. Z. **Brincando na História,** In: PRIORE, M. D. (Org.) Histórias de crianças no Brasil: 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos Infantis: O jogo, a criança e a educação.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

KRAMER, S. **Produção Cultural e Educação: Algumas reflexões críticas.** São Paulo: Papyrus, 1984.

_____. **Currículo de Educação Infantil e a Formação dos profissionais de creche e pré escola: Questões teóricas e polêmicas.** Brasília, 1995.

MALUF, Angela C. M. **Brincar: Prazer e Aprendizado.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTINEZ, Ana Paula. **Intervenção em Contar Estória Infantil: Uma relação com os comportamentos de escolha de material escolar.** Revista portuguesa de psicologia, V. 121, 2005/2006.

MURCIA, J. A. M. (org.) **Aprendizagem Através do Jogo.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

OLIVEIRA, M. K. **Aprendizado e Desenvolvimento um Processo Sócio Histórico.** São Paulo: Scipione, 1993.

- _____. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.
- PIAGET, J. A. **A Formação do Símbolo na Criança: Imitação, jogo e sonho, imagem e representação:** 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PINHEIRO, M. Beatriz. **Educação Patrimonial: Orientação para professores do ensino fundamental e médio.** Caxias do Sul: Maneco Livr. Ed.,1999.
- RIZZO, Gilda. **Educação Pré-escolar.** 7 ed. Rio de Janeiro: Fco. Alves, 1996.
- SANTOS, Santa M. P. **O Lúdico na Formação do Educador.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SOUZA, A. M. C. de. **Educação Infantil: Uma Proposta de Gestão Municipal.** Campinas: Papyrus, 1996.
- VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WAJSKOP, G. **O Brincar na Educação Infantil.** Cadernos de Pesquisas, 1999.
- _____. **Brincar na Pré-Escola.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.